



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680035 - SP (2021/0218652-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LAZARO GUSTAVO RODRIGUES LOPES
ADVOGADO : LAZARO GUSTAVO RODRIGUES LOPES - SP343362
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AUGUSTO PENA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AUGUSTO PENA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0004707-28.2021.8.26.0502).

Em favor do paciente foi requerida remição de sua pena pela conclusão de curso a distância. O pedido foi indeferido. Contra tal decisão foi interposto agravo em execução que visava a reforma da decisão recorrida para deferir a remição de pena. O recurso foi improvido e sobreveio o presente *habeas corpus*.

O impetrante sustenta que o curso livre a distância concluído pelo paciente deve ser computado para remição da pena, uma vez que cumpre os requisitos exigidos legalmente.

Requer, em liminar e no mérito, seja deferida a remição de pena do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente